

Redes Alimentares Alternativas: análise à luz da Nova Sociologia Econômica

RESUMO

A tecnificação da agricultura desde a chamada “Revolução Verde”, tomada como progresso ou processo transformador, provocou custo social e ambiental e reflexos na ordenação do espaço agrário e urbano, obstruindo a soberania de nações como o Brasil. (Paulino, 2006). Por essa via, mudanças técnicas afetaram o campo brasileiro desde a segunda metade do século XX, representando desafio analítico à ciência, diante de práticas de uso do solo alteradas pela intensificação de lavouras mecanizáveis em substituição a culturas que demandavam mão-de-obra (Paulino, 2006). Em contraposição, despontam experiências sustentáveis e equilibradas a exemplo da introdução da agricultura nas cidades como eixo para a reforma ambiental urbana (Azevedo, Perxacs; Alió, 2020) e da agroecologia mediante práticas agrícolas harmoniosas com o meio ambiente e socialmente justas (Silva, 2024). Igualmente relevante é a resistência político-institucional baseada na Teoria da Organização do Campo, conforme desponta no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (De Moraes, 2015). No Brasil, o setor que representa o sistema hegemônico de produção agropecuária, que prioriza rendimentos e eficiência econômica crescentes, perdeu legitimidade na agenda da segurança alimentar e nutricional no Brasil, e, então, passou a privilegiar o discurso da contribuição nas exportações nacionais (Pompeia; Schneider, 2021). Nesse embate, as Redes Alimentares Alternativas (RAAs) aparecem como alternativa à produção e comercialização de alimentos ancorada em práticas locais, não-intensivas em tecnologias, com reduzido impacto ambiental. Nesse cenário, temos como objetivo analisar, à luz da Nova Sociologia Econômica (NSE), a literatura acerca das RAAs destacando possibilidades à aplicação ampliada na sociedade. A NSE oferece lente teórica na abordagem a respeito do papel de relações sociais, instituições e redes no funcionamento dos mercados. Torna-se, portanto, relevante ao entendimento das RAAs por estas se afastarem dos modelos tradicionais de produção alimentar uma vez integradas e adaptadas a diferentes contextos sociais e econômicos respaldadas em princípios de agricultura sustentável e justa. O recurso metodológico adotado foi a revisão bibliográfica procedida na plataforma Periódicos CAPES pelo descritor "Redes Alimentares Alternativas". Retornaram, na análise, três temas principais: "virada pela qualidade", "expansão dos circuitos curtos de comercialização" e "superação da dicotomia entre abordagens alternativas e convencionais". O primeiro tema, "virada pela qualidade", refere-se à mudança na percepção dos consumidores, que passaram a valorizar aspectos qualitativos dos alimentos, como contribuição à saúde, sustentabilidade e temas éticos. Os produtos associados às RAAs são considerados saudáveis, éticos e ambientalmente sustentáveis em virtude da prática agrícola não-intensiva em tecnologias e pela proximidade entre produtor e consumidor. Mudanças no comportamento do consumidor criam oportunidade para o avanço das RAAs, uma vez não centradas em demandas crescentes por alimentos, mas, sim, em critérios de qualidade. O segundo tema identificado foi a "expansão dos circuitos curtos de comercialização". As RAAs estão frequentemente associadas a circuitos curtos, reduzindo a presença de intermediários entre produtor e consumidor, resultando em cadeia de fornecimento transparente e equitativa. Sob essa ótica, a literatura destaca que os agricultores obtêm retorno financeiro justo enquanto o consumidor acessa alimentos frescos e de origem conhecida. Além disso, a redução da distância percorrida pelos alimentos atende a critérios da pegada de carbono, contribuindo para a sustentabilidade ambiental. A expansão dos circuitos curtos é considerada elemento essencial à prática das RAAs e para replicabilidade em diferentes contextos. O terceiro tema surgido da revisão foi a "superação da dicotomia entre abordagens alternativas e convencionais". Convencionalmente, as RAAs são vistas em contraposição ao sistema alimentar hegemônico, industrial e intensivo em tecnologia, e associadas a escalas e eficiência limitadas. Contudo, a revisão sugere que tal dicotomia vem sendo superada pelo crescente reconhecimento de que elementos das abordagens alternativas e convencionais podem ser combinados para gerar sistemas híbridos, integrando práticas sustentáveis ao sistema convencional e, ao mesmo tempo, incrementando o alcance, eficiência e escalas das alternativas. Tal integração de práticas contribui para viabilizar eficiência necessária às RAAs e capacidade competitiva junto a sistemas de larga escala de alimentares. Apesar das oportunidades, as RAAs enfrentam diversos desafios. Um dos principais obstáculos é a escalabilidade e a sustentabilidade financeira de tais iniciativas. Predominam RAAs que dependem de arranjo comunitário e de políticas públicas para se tornarem e se manterem viáveis. A transição para sistema nesse formato exige mudanças significativas em práticas agrícolas e cadeias de distribuição, além do enfrentamento a agentes estabelecidos no setor alimentício em razão da concentração do mercado, internacionalização das empresas e desenvolvimento de pacotes tecnológicos integrados e associados à biotecnologia produzindo relações próximas entre os fornecedores e usuários (Saes e Silveira, 2014). Além disso, há carência em infraestrutura dificultando o crescimento das RAAs em diferentes contextos. A revisão da literatura revela a necessidade de políticas públicas de suporte financeiro, técnico e de logística para garantir a expansão. Outro fator é o papel do consumidor, pela mudança de hábitos e conscientização dos impactos ambientais e sociais dos alimentos que consome. Como conclusão, a literatura registra que as RAAs representam proposta promissora pela virada pela qualidade, expansão dos circuitos curtos de comercialização e superação da dicotomia entre abordagens alternativas e convencionais. Porém, para que possam avançar, há desafios estruturais, como a escalabilidade e a sustentabilidade financeira em mercado competitivo. O sucesso, conforme evidencia a literatura revisada, depende de condições político-institucionais e técnico-econômicas locais que requerem atuação articulada entre produtores, consumidores e formuladores de políticas públicas. AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Àngels. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. Mercator (Fortaleza), v. 19, p. e19005, 2020. <https://doi.org/10.4215/rm2020.e19005> BORGES, Juliano Luis. A transição do MST para a agroecologia. 2024 DE MORAIS, Clodomir Santos. Elementos sobre a teoria da organização no campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Secretaria Nacional. Secretaria Nacional, 2ª. ed., 2015. PAULINO, Eliane Tomiasi. Agricultura e tecnificação: notas para um debate. Agrária (São Paulo. Online), n. 4, p. 3-19, 2006. POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sérgio.

As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 57, n. 10.5380, 2021. SAES, Maria Sylvia Macchione; DA SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco. *Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes*. Estudos Sociedade e Agricultura, 2014.

Palavras-Chave: Nova Sociologia Econômica / Redes Alimentares Alternativas / Mercados Convencionais